

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
NIFAP	7169303
DESIGNAÇÃO	Reconhecimento do GAL ADREPES RURAL
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

- 1. A Estratégia de Desenvolvimento Local consiste numa estratégia abrangente para todo o território, tendo por base a análise SWOT realizada, que deverá cobrir as áreas em que sejam detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de serem da esfera da atuação do DLBC**

O território do GAL ADREPES RURAL faz parte integrante da Península de Setúbal (PS), inserida na região de Lisboa, mas com características diferenciadoras do ponto de vista ambiental, económico e social.

Em termos de divisão administrativa, a PS integra 9 concelhos: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal e 37 freguesias, 7 destes concelhos integram o território do GAL.

Na atual Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUTS) para fins estatísticos, esta região está classificada como NUTS III, integrando a subunidade - NUTS II - Lisboa.

Pelo seu enquadramento geográfico, a PS apresenta condições climáticas e ambientais singulares, recursos naturais, patrimoniais e culturais identitários e diferenciadores que têm proporcionado o desenvolvimento de inúmeras atividades nos setores agrícola, florestal e agroalimentar destacando-se:

- ✓ As frutas, legumes e flores com especializações locais de elevado interesse económico nos concelhos de Alcochete, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra e Setúbal, em particular a Laranja de Setúbal, a Maçã Riscadinha de Palmela, a Maçã Camoesa de Sesimbra, a Cebola de Alcochete e a Gerbera do Montijo;
- ✓ Os vinhos Denominação de Origem (DO) Palmela e Setúbal e Indicação Geográfica Península de Setúbal são reconhecidos, pela sua qualidade, a nível nacional e internacional com a atribuição de inúmeros prémios;
- ✓ Os laticínios, com realce para o queijo DO de Azeitão e a manteiga de ovelha;
- ✓ O pão, os doces tradicionais e as compotas onde as tortas de Azeitão, as fogaças de Alcochete e Palmela, a farinha torrada de Sesimbra, relevam as histórias do receituário local;

- ✓ A floresta com ocupação dominante de pinheiro bravo, ainda que com povoamentos de pinheiro manso com elevado interesse paisagístico nas Matas de Sesimbra e Almada. Por outro lado, montado é uma cultura florestal protegida e de importância estratégica no Montijo e Palmela.

A conjugação destas características com os financiamentos da Política Agrícola Comum (PAC), tem permitido estruturar e promover de forma singular este território, apostando nos produtos e serviços de qualidade, incrementando a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

2. Caracterização do território, com delimitação ao nível da freguesia, com enfoque para a sua tipologia Rural ou Não Rural

Inserido na Península de Setúbal, o território de intervenção do GAL ADREPES RURAL distribui-se por 7 concelhos (Palmela, Setúbal, Sesimbra, Moita, Montijo, Alcochete e Almada), que incluem 18 freguesias, onde residem 200.374 habitantes numa área de 1.250 km².

Apesar de todas as freguesias da Península de Setúbal terem sido consideradas não rurais no âmbito do PEPAC, o Aviso de Abertura de Candidaturas permite a sua inclusão, desde que, devidamente justificada a sua pertinência com os objetivos da EDL. Assim, a delimitação do território de intervenção justifica-se atendendo ao seguinte:

- i. Inclusão das freguesias que apresentam características marcadamente agrícolas comprovado pelas estatísticas dos últimos dados do Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) retiradas do PORDATA (2023):
 - ✓ O território proposto possui 3.002 explorações agrícolas que correspondem a 47% do total da Área Metropolitana de Lisboa (AML) com 6.363 explorações agrícolas.
 - ✓ A Superfície Agrícola Útil (SAU) dos concelhos da zona de intervenção atinge os 56.877 ha, cerca de 63% do total da AML com 90.733 ha de SAU. Os concelhos de Palmela e Montijo, são os que apresentam maior área agrícola, 26.250ha e 16.590 há, respetivamente.
 - ✓ A dimensão média das explorações agrícolas na AML é de 14,3 ha, verificando-se que, em todos os concelhos do território proposto pelo GAL, a dimensão média das explorações é superior, rondando os 15,5 ha (Setúbal) e os 30,6 ha (Alcochete), exceto em Almada que é de 4,7 ha.
 - ✓ Relativamente à composição da SAU verifica-se que predominam as explorações agrícolas com culturas e pastagens permanentes. Os concelhos de Palmela, Montijo e Sesimbra registam o maior número de hortas familiares, do território, com uma área total de 68 ha.
 - ✓ Nos últimos anos tem-se acentuado uma crescente profissionalização e especialização agrícola, vincada em Palmela e Setúbal pela cultura da vinha, em Almada e Sesimbra

pelas atividades agroflorestais, na Moita pela agropecuária e em Alcochete pelos primores. O Montijo apresenta forte expressão nas flores, primores, vinha e silvicultura.

- ✓ O valor económico da produção agrícola padrão na AML é de 313 milhões de euros. O maior valor está concentrado no Montijo e em Palmela com 60 M€ cada e em Alcochete com 35 M€.
 - ✓ A mão-de-obra agrícola da zona de intervenção totaliza 7.548 trabalhadores, 51% do total da AML. O peso da mão-de-obra familiar é ainda notório com 5.037 empregados e dão não familiar com 2.511.
 - ✓ Relativamente ao setor florestal, apenas foi possível obter dados por NUTS II, registando-se que, entre 2010 e 2015, ocorreu um aumento de 1% da superfície de floresta na AML. Atualmente a área florestal da região atinge os 69.043 ha. As espécies florestais com maior relevância são o sobreiro, o eucalipto, o pinheiro manso e o pinheiro bravo.
 - ✓ Em suma, o território alvo da EDL está inserido na AML, uma região onde se desenvolvem inúmeras atividades económicas, contudo o setor agrícola e florestal atinge 53% do uso do solo.
- ii. Continuar o trabalho do GAL nas freguesias do atual período de programação 2014-2020.
 - iii. Alargar o território de intervenção às freguesias de Alhos Vedros, Sarilhos Grandes, UF Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, que pertenceram ao GAL no período de programação 2007-2013, e que foram fortemente penalizadas pela sua exclusão dos apoios da Medida LEADER do PDR2020.
 - iv. Integrar, pela primeira vez, as freguesias do Samouco e da Costa da Caparica, por forma a garantir a continuidade territorial da região, em particular do concelho de Alcochete e entre os concelhos de Almada e Sesimbra. Estas freguesias integram também o território de intervenção da EDL, já aprovada para o GAL ADREPES COSTEIRO, permitindo uma resposta coerente e articulada entre as estratégias DLBC preconizadas para a PS e cuja inclusão ultrapassa a população total em 374 habitantes, mas devidamente justificada nos pontos anteriores.

A identificação deste território resulta da articulação com os parceiros do GAL, face às possíveis intervenções preconizadas para as freguesias selecionadas.

3. Caracterização da parceria com todos os seus membros e comprovação da sua adesão à mesma (através da assinatura do Protocolo de Parceria e adesão à Estratégia de Desenvolvimento Local, proposta, bem como definição do modelo organizacional que será seguido para a gestão de fundos comunitários, em particular no âmbito do FEADER

Capitalizando as experiências e os bons resultados do desempenho da atividade da ADREPES na Península de Setúbal, nos últimos 22 anos, foi possível renovar e reforçar a parceria para a

conceção, desenvolvimento e implementação da EDL 2030, firmada no Acordo de Parceria e respetivas cartas de adesão.

A maior parte das entidades parceiras apresenta conhecimento e experiência na utilização de metodologias participativas e de capacitação das comunidades locais como, por exemplo, a abordagem LEADER. Existe também uma vasta experiência, entre os parceiros, na construção e desenvolvimento de projetos relacionados com a agricultura e a economia das áreas rurais. Alguns parceiros integram redes locais, nacionais e/ou consórcios internacionais que visam o desenvolvimento e implementação de projetos piloto para encontrar soluções para problemáticas comuns que possam ser transferidas entre territórios.

A presente parceria do GAL ADREPES RURAL reúne 37 parceiros locais de diferentes setores: agrícola e agroalimentar ambos com 14%; ambiente, ensino superior ou profissional e área social com 11%; património e cultura com 5% e 3% do turismo, florestas e indústria. Ressalva-se o enriquecimento desta parceria com a entrada de 8 novas entidades, 3 de natureza pública e 5 privados, reforçando, particularmente, os setores do ambiente, agroindústria, educação e setor social.

A nova parceria, com 70% de entidades privadas e 30% públicas, assumirá a continuidade da cooperação entre o setor público e privado, numa lógica de intervenção conjunta e partilhada nas várias fases do processo de implementação da estratégia.

Apresenta-se no quadro seguinte a repartição dos 37 parceiros pelos setores de atividade que contribuirão para a EDL definidos no formulário de candidatura e que demonstram a equidade de intervenções que existe na parceria, apesar da maior parte desempenhar um papel transversal às diferentes temáticas relevantes para o território.

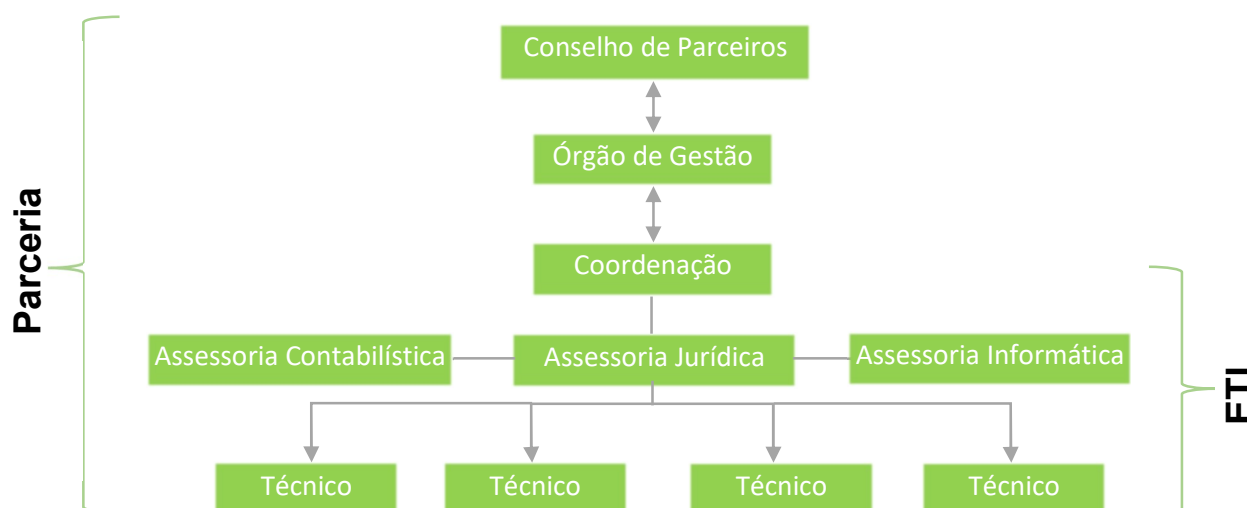
Quadro 1. Tipologia de entidades por setor de atividade

Formulário / Setor para o qual contribui a EDL	TIPOLOGIA DE ENTIDADES				TOTAL
	Associações privadas	Autarquias e organismos da Administração Pública	Empresas e cooperativas	Instituições de ensino e formação profissional	
Agrícola e agroalimentar	5	-	5	-	10
Ambiente floresta	4	-	1	-	5
Indústria	1	-	-	-	1
Turismo	-	1	-	-	1
Património e cultura	1	-	1	-	2
Educação	-	-	-	4	4
Social	4	-	-	-	4
Outra / Transversal	1	8	1	-	10
Total	16	9	8	4	37

Fonte: ADREPES, 2023

Tendo por base o histórico de atuação da ADREPES, enquanto organismo intermédio, será implementado um modelo organizacional que promova a participação ativa dos parceiros e a segregação de funções técnicas e de decisão, que compreende o funcionamento do GAL e da sua Equipa Técnica Local (ETL), conforme modelo infra:

Figura 1. Modelo organizacional GAL ADREPES RURAL



O Conselho de Parceiros será constituído pela totalidade das entidades que firmaram o Acordo e terá como competências discutir e promover o acompanhamento da EDL, eleger, destituir e acompanhar o Órgão de Gestão (OG).

O OG será constituído por 5 elementos, maioritariamente privados, do qual faz parte o presidente da Entidade Gestora. O mandato decorre durante 3 anos e terá como funções principais: garantir, de forma eficiente e eficaz a implementação da EDL; assegurar a participação dos parceiros na no acompanhamento da EDL e sua avaliação; representar a parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias, entre outras.

Por sua vez, a Equipa Técnica Local (ETL) será gerida pela Entidade Gestora, sob a alçada de um coordenador que reportará diretamente ao OG, mediante as funções que lhe forem delegadas, e técnicos que permitam operacionalizar a execução física e financeira da EDL 2030, as atividades de animação do GAL e as demais funções que lhes forem atribuídas.

A ETL será assessorada por serviços externos de contabilidade, jurídicos e informáticos, ou outros, caso seja necessário, para temáticas que a equipa não domine.

A governança partilhada entre os parceiros, as comunidades e outras entidades relevantes ou com intervenção ativa no território, será essencial para acompanhar a implementação da EDL,

avaliando, identificando desvios e apontado soluções que contribuam para alcançar os resultados esperados.

Em suma, pretende-se a criação de mecanismos que sustentem a autonomia da parceria através da participação ativa e colaboração entre os diferentes atores, por forma a identificar e construir soluções coletivas para as necessidades do território de intervenção.

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção, à partida, através de uma análise SWOT, em que sejam, especificamente caracterizados os seguintes aspetos:

i. População

Segundo o último Recenseamento Geral da População, em 2021, a população residente na Península de Setúbal era de 807.902 pessoas, registando um ligeiro crescimento face a 2011 de 3,66%. Neste período, todos os concelhos assinalaram taxas de crescimento positivas, com realce para Palmela (9,58%), Alcochete (8,96%) e Montijo (8,71%).

Da análise da dinâmica populacional das freguesias, destacam-se: Quinta do Anjo com um crescimento superior a 20%; São Francisco com 17,6%; Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra com 15,7% e 11% na UF Azeitão.

Observa-se um acentuado aumento do número de residentes estrangeiros na região, com um acréscimo de 36,85%. Em 2011 eram 44.051 pessoas e em 2021 passaram a ser 60.284.

A idade média da população em 2021 rondava os 44 anos, um acréscimo de 7,4% face a 2011, onde a média de idade era de 41 anos.

As constantes alterações demográficas do território implicam uma necessidade crescente de encontrar soluções ao nível do emprego, apoio social, infraestruturas e habitação.

ii. Economia e Emprego

A análise do PIB indica que a economia portuguesa, após ter desacelerado em 2020 (-8,3%), registou um crescimento em 2021 e 2022 (5,5% e 6,8%), prevendo-se, segundo o Banco de Portugal, um significativo abrandamento a partir de 2023 (1,5%), 2024 (2%) e 2025 (1,9%).

Ao nível dos fundos europeus, para além dos fundos de coesão para o período 2021-2027, foi estabelecido o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. Contudo, o facto de a Península de Setúbal continuar inserida na Região NUT II de Lisboa poderá condicionar bastante o acesso aos fundos comunitários e consequentes financiamentos por parte dos agentes económicos da região.

Relativamente ao tecido empresarial, em 2020 existiam na Península de Setúbal 80.424 empresas, que representavam 6,18% do tecido empresarial nacional, que empregavam 201.094 pessoas a que corresponde 4,86% do total nacional.

Quanto às atividades económicas com maiores níveis de emprego da região, apresentam particular relevância, o comércio por grosso e a retalho com 17,47% e as indústrias transformadoras com 15,05%. O setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca representa 1,82%.

No setor terciário, destaca-se o turismo como uma atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego.

iii. Recursos naturais e culturais

Pelo seu enquadramento geográfico, a PS apresenta características edafoclimáticas singulares. No território, coexistem as reservas naturais dos estuários do Tejo e do Sado (que determinaram a ocupação e organização territorial), o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado (permite o abastecimento de água a núcleos populacionais, à agricultura e à indústria); o Parque Natural da Arrábida, o Parque Marinho Luiz Saldanha; a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica; Lagoa de Albufeira; o Montado de sobreiro de Rio Frio, Lagoas do Poceirão entre outras áreas que integram as estruturas ecológicas e os espaços rurais.

A riqueza patrimonial da PS está expressa no património material, composto por um conjunto de bens culturais com diversos imóveis, monumentos e sítios de interesse público, municipal e nacional; no património cultural imaterial (expressões culturais, saberes, modos de fazer, celebrações, danças populares, lendas, músicas, costumes e tradições) e através do património gastronómico onde os produtos endógenos são valorizados por um receituário que remete para a herança da comunidade local.

A PS é também muito rica em manifestações culturais e religiosas, representadas através das feiras, festas, círios e romarias que ocorrem um pouco por todos os concelhos, onde são promovidos os produtos e artesanato locais. De referir ainda, a existência de aldeias rurais com características e elementos patrimoniais importantes a preservar e valorizar, nomeadamente Canha, Fernando Pó e o Colonato de Pegões.

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos

A proximidade à capital, a tendência de dispersão urbana, as acessibilidades existentes entre as duas margens do Tejo e a prevalência de movimentos pendulares, têm contribuído para uma grande dependência dos concelhos da PS face à Grande Lisboa, relativamente ao emprego e acesso aos serviços e comércio especializado.

Apesar do desenvolvimento do transporte ferroviário, acentuou-se o predomínio do automóvel ligeiro nos modos de deslocação. A extensão e a dispersão do povoamento da região e a carência de transportes públicos na oferta de serviços regulares fora dos

principais eixos interurbanos, condiciona a mobilidade no território e promove a dependência do automóvel. A melhoria das condições de acessibilidade e de mobilidade são fundamentais para a afirmação da centralidade da PS no contexto regional, nacional e, mesmo, internacional. No entanto, está claramente dependente da concretização de um conjunto de infraestruturas de transporte previstas para a AML que possuirão fortes impactos na PS, nomeadamente: a Terceira Travessia do Tejo, o Novo Aeroporto de Lisboa, a Plataforma Logística do Poceirão e o terminal de contentores do Porto de Lisboa (com localização prevista no Barreiro).

Relativamente aos serviços básicos observa-se que a região apresenta equipamentos de saúde ao nível dos cuidados secundários e terciários, acompanhando a sua densidade populacional, com os principais centros hospitalares localizados em Almada, Barreiro e Setúbal. Contudo, o acentuado envelhecimento populacional reforça a necessidade de readequar a oferta de equipamentos nos cuidados paliativos e continuados e de saúde mental. Na educação é necessária uma clara aposta na requalificação dos equipamentos escolares, muitos deles obsoletos e sem condições de operacionalização das várias atividades, em particular, das relacionadas com a digitalização e a experimentação.

v. Sustentabilidade e Clima

O território é vulnerável aos impactos das alterações climáticas, sujeito a agravamento de seca e temperaturas elevadas de que resulta o aumento de consumos de energia e água com consequências a nível ambiental e económico.

Estão em curso várias ferramentas que permitirão mitigar e adaptar esta vulnerabilidade, a saber: i) Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas; ii) CLIMA.AML – rede de monitorização e alerta meteorológico metropolitano disponível numa plataforma online que permite conhecer os padrões associados às alterações climáticas e os impactos nas comunidades locais; iii) Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia, subscrito em 2014; iv) Planos Locais de Adaptação às Alterações Climáticas – Arrábida. Estas ferramentas permitirão aumentar a resiliência e a capacidade de resposta dos municípios, diminuindo os eventuais impactos e promovendo a sua adaptação, identificando e caracterizando vulnerabilidades recentes, atuais e futuras do território.

vi. Transição energética e digital

Esta temática foi amplamente debatida nas sessões participativas organizadas pelo GAL, tendo-se concluído que é imperativo adotar uma visão holística do setor energético enquanto sistema interligado e interdependente ao nível das diferentes atividades económicas. Neste contexto, foram apontadas três prioridades principais:

- Apostar na eficiência energética e hídrica na agricultura e indústria, diminuindo o seu consumo energético e aumentando a sua competitividade;

- Desenvolver campanhas promotoras de consumos equilibrados e sustentáveis;
- Promover a produção de eletricidade renovável para autoconsumo.

Os Municípios e as Agências de Energia (ENA e S. Energia) estão focados no desenvolvimento de medidas de prevenção e mitigação que acelerem a descarbonização do território de intervenção.

Em complemento, urge apostar na transição digital e em novas tecnologias, criando oportunidades de negócio associadas às atividades económicas dos territórios rurais.

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil;

O território apresenta associações e coletividades ligadas ao setor agrícola, industrial, cultural, desportivo e social, contudo, observa-se a necessidade de criar sinergias e estimular o trabalho em rede, mobilizando a comunidade para projetos coletivos e estruturantes. Para o efeito é necessária uma clara aposta na animação territorial como processo de co-construção de soluções partilhadas. Importa ainda referir a necessidade de potenciar e apoiar iniciativas de inovação e empreendedorismo social que desenvolvam respostas inovadoras e sustentáveis para a resolução de problemas comuns.

A existência de uma rede social dinâmica e ativa, com forte articulação entre os diferentes intervenientes: CLAS, a Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal, os CLDS, os centros de emprego, as redes de empregabilidade, os Gabinetes de Inserção Profissional e outras entidades da sociedade civil.

5. Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL, articulados com as áreas de intervenção que serão mobilizadas, assim como objetivos e metas traçados tendo em conta os resultados a atingir. Os desafios devem corresponder aos enfoques temáticos escolhidos e aos respetivos objetivos quer enquadráveis no âmbito do PEPAC quer de outros fundos, sendo que nos enfoques temáticos no âmbito do PEPAC deverá existir uma correspondência com necessidades principais, necessidades complementares e resultados definidas na presente OTE

A reflexão da SWOT e a identificação de iniciativas estruturantes para o território, permitem elucidar sobre o contributo da EDL para a Estratégia PEPAC 2023-2027 e para as Estratégias Regionais da AML, assegurando o seu alinhamento com os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas e também com os do Pacto Ecológico Europeu. Assim, foi definida a seguinte visão estratégica:

“Promover o desenvolvimento sustentável das zonas rurais da Península de Setúbal, capitalizando e reforçando os seus recursos ambientais, culturais, sociais e humanos.”

Esta visão assenta em 3 Enfoques Temáticos (ET):

ET1 – Fomentar a economia circular e sustentável

As zonas rurais da Península de Setúbal apresentam condições naturais favoráveis não só às atividades agrícolas e florestais, como também turísticas, desportivas e de lazer.

Neste contexto, importa criar sinergias e fomentar a articulação equilibrada entre a viabilidade económica das atividades e a gestão sustentável dos recursos do território. Se por um lado, persiste a necessidade de modernização das explorações ao nível da transição digital, eficiência energética, descarbonização dos processos produtivos e de gestão de resíduos, por outro, é premente a disseminação do modelo de alimentação sustentável e de vida saudável, através do incremento dos circuitos curtos, no qual a ADREPES apresenta um vasto capital.

ET2 – Promover a inovação e competitividade dos recursos locais

A existência de um Pólo Universitário em Almada e outro em Setúbal, a presença de Escolas Profissionais no Montijo, Moita e Setúbal, bem como de duas agências do ambiente, ENA e S-Energia, proporcionam o ecossistema favorável para a criação e partilha de conhecimento científico e tecnológico que potencie a utilização eficiente dos recursos locais. É com esta premissa que se pretende fomentar a articulação entre a academia, os ativos agrícolas e silvícolas, as empresas e a comunidade local numa abordagem multidisciplinar e colaborativa que promova a aprendizagem, a transferência de saberes entre os vários atores do território e a criação de novos produtos e serviços de maior valor acrescentado.

Deste modo, importa promover abordagens de desenvolvimento local integrado, com melhores acessos da população rural a serviços e infraestruturas, tornando os territórios rurais mais atrativos e inovadores na criação de dinâmicas de emprego e rendimento.

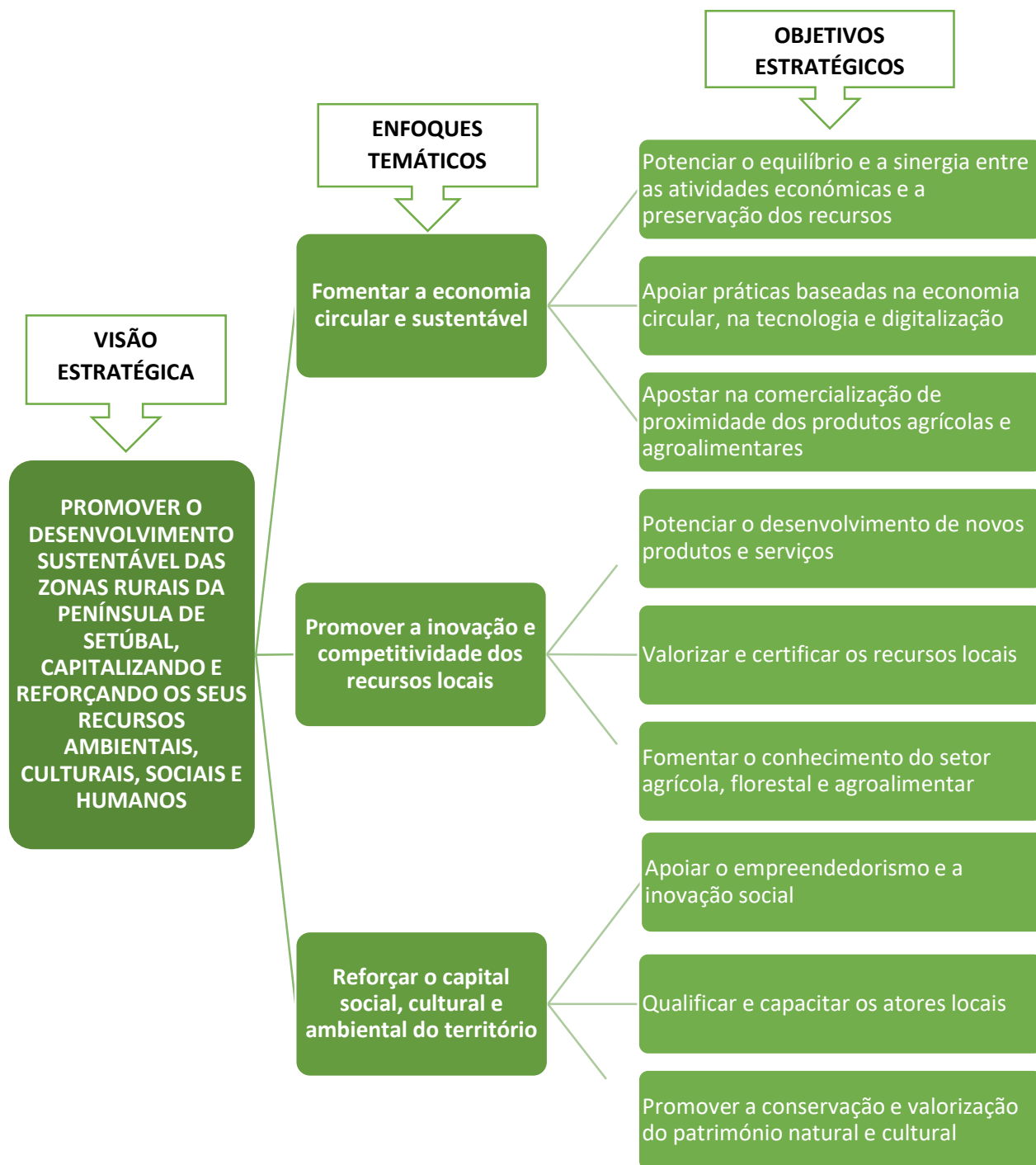
ET3 – Reforçar o capital social, cultural e ambiental do território

O território da Península de Setúbal tem características naturais e culturais singulares de forte ligação ao mundo rural (saberes e tradições) que se refletem na diversidade do património material e imaterial existente. Surge assim a necessidade de apostar na qualificação e capacitação dos atores locais na melhoria das suas competências, fomentando o empreendedorismo e a inovação social. De destacar o importante papel das mulheres e dos jovens para o futuro de uma economia rural mais verde, sustentável e coesa.

A aposta na sensibilização e reforço da literacia constituem instrumentos fundamentais para a construção de uma maior consciência ambiental tanto dos profissionais do setor como da população em geral, nomeadamente a comunidade em idade escolar, em particular num território com inúmeras áreas protegidas e com extenso património material e imaterial classificado.

Deste modo, o desenvolvimento sustentável das comunidades deverá incluir não só o apoio direto à atividade económica, mas também a preservação do património natural e cultural do território. Definidos os enfoques temáticos é necessário identificar os **objetivos estratégicos** para a sua concretização, conforme esquema que se apresenta.

Figura 2. Esquema de Intervenção da EDL



Importa referir que a estratégia de desenvolvimento local apresenta uma visão macro para o território, articulando as zonas rurais com as costeiras e estuarinas da Península de Setúbal, numa lógica de intervenção integrada para o horizonte 2030, fomentando o crescimento sustentável, participativo, dinâmico e inclusivo.

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria (nomeadamente através de evidências fotográficas, registo de presenças, relatórios e conclusões de sessões)

Ao longo dos seus 22 anos de existência, a ADREPES construiu um conhecimento profundo da realidade da PS e do seu sistema de atores, envolvendo-os na construção de sucessivas estratégias, iniciativas e dinâmicas de desenvolvimento local através da abordagem LEADER. Tendo em conta a sua vasta experiência, houve preocupação em identificar e caracterizar o maior número possível de atores intervenientes no desenvolvimento dos setores da agricultura, agroalimentar, turismo, património natural e cultural e social, percecionando as suas apreensões, expectativas e competências relativamente ao desenvolvimento territorial da PS. Este processo decorreu, desde 2022, de acordo com as seguintes fases:

- ✓ **Fase 1 – Preparação** (março a junho 2022): comunicação aos parceiros e agentes do território, em reuniões e eventos onde a ADREPES participou, sobre o início do processo de preparação da EDL 2030; participação em reuniões e eventos com a MINHA TERRA e outros atores.
- ✓ **Fase 2 – Definição de um Plano de Ação** e estruturação das ferramentas de trabalho. **Consulta e sistematização de informação** de documentos nacionais e europeus, nomeadamente, Agenda Europa 2030, Acordo Portugal 2030, PEPAC 2023-2027, Estratégia Regional de Lisboa 2030 e a RIS 3. Foi também revisitada a anterior Estratégia de Desenvolvimento Local para a PS 2014-2020. Análise documental e estatística.
- ✓ **Fase 3 – Conceção de uma Matriz Colaborativa** que foi remetida, em maio de 2023, para parceiros estratégicos do território, por forma a recolher contributos em diversas áreas estratégicas e identificar agentes locais a mobilizar no processo de constituição do GAL (Anexo 1).
- ✓ **Fase 4 – Diagnóstico e identificação das necessidades** com o lançamento do questionário online, análise Swot, que permitiu a consulta dos atores locais, cujo foco da sua atividade incide nas áreas rurais da Península de Setúbal (Anexo 2).
- ✓ **Fase 5 – Realização de três sessões participativas** abertas à comunidade, nos dias 15 e 21 de junho, em parceria com os Municípios de Montijo, Palmela e Sesimbra, que mobilizaram cerca de 70 representantes de entidades públicas e privadas, com o propósito de envolver e auscultar a comunidade na renovação da parceria existente e na conceção da estratégia (Anexo 3).
- ✓ **Fase 6 – Compilação e Devolução dos resultados** do questionário online e dos contributos das sessões participativas que permitiram identificar os fatores críticos ao

desenvolvimento do território e a **definição de linhas orientadoras para o desenho da estratégia de desenvolvimento local** (Anexo 4).

- ✓ **Fase 7** – Formalização da parceria e aprovação da EDL através da **Carta de Adesão** e/ou assinatura do **Acordo de Parceria** (Anexo 5).

As evidências deste processo encontram-se no documento em anexo com a compilação dos comunicados de imprensa, folhas de presenças e fotografias.

7. Evidencia da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais, temáticas ou generalistas, para as quais perspetivam uma mais-valia da implementação da EDL

A estratégia apresentada encontra-se alinhada, no contexto regional com a Estratégia Regional de Lisboa 2030 e Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa 2021-2027 (RIS3-AML) onde surgem temáticas centrais, tais como: a economia circular; a transição digital; a descarbonização e transição energética; a necessidade de adaptação às alterações climáticas; o reconhecimento da agricultura como um dos setores estratégicos; aposta na inovação, dinamização das cadeias curtas, valorização da produção local e apoio ao empreendedorismo.

Destaca-se ainda a centralidade do setor agroalimentar na articulação com outros domínios, tais como o turismo, a transformação digital e a economia azul, também previstas na EDL 2030 do GAL ADREPES COSTEIRO, aprovada em julho de 2023 (Anexo 6).

No contexto social, é reconhecido pelo Plano de Desenvolvimento Social da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal (Rede Social) a importância da vitalidade social e económica dos espaços rurais para a coesão territorial.

Em anexo apresenta-se a “Matriz de Articulação da EDL com as estratégias regionais e sub-regionais”.

8. Definição das áreas de intervenção da EDL que pretendem ver mobilizadas através do PEPAC, por via da implementação de um plano de ação específico, com estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir

Apresentam-se de seguida algumas áreas de intervenção que se pretendem apoiar no âmbito da EDL considerando os enfoques temáticos e os objetivos estratégicos.

Quadro 2. Áreas de Intervenção da EDL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO
Potenciar o equilíbrio e a sinergia entre as atividades económicas e a preservação dos recursos	Promoção de atividades de cariz económico, social e ambiental. Ex: investimentos nas explorações agrícolas e empresas; <i>Smart villages</i> – <i>Centro Vitivinícola de Fernão Pó – Aldeia Vinhateira</i> .
Apoiar práticas baseadas na economia circular, na tecnologia e digitalização	Valorização material e orgânica dos resíduos agrícolas, silvo-pastorícios e pecuários, reduzindo a sua utilização, e aumentando a sua recolha e reciclagem. Sistemas de gestão e organização mais eficientes; integração de processos de transição digital e base tecnológica.
Apostar na comercialização de proximidade dos produtos agrícolas e agroalimentares	Promoção de iniciativas de produção e consumo baseadas num modelo colaborativo (capacitação, investigação e inovação) com abordagens integradas ao longo da cadeia alimentar, que visem fomentar a aproximação entre produtores e consumidores. Ex: Implementação do Sistema Participativo de Garantia (SPG).
Potenciar o desenvolvimento de novos produtos e serviços	Inovação dos produtos tradicionais de forma a aumentar o consumo. Implementação, desenvolvimento ou otimização de tecnologias de processamento ou transformação mais sustentáveis. Articulação do setor alimentar com o turismo e lazer, numa lógica de produtos e serviços que o território pode oferecer, seja aos seus habitantes, turistas e visitantes que a região recebe ao longo do ano.
Valorizar e certificar os recursos locais	Diferenciação e promoção dos produtos locais de qualidade que visem o consumo saudável e sustentável.
Fomentar o conhecimento do setor agrícola, florestal e agroalimentar	Iniciativas que aproximem o tecido empresarial e a academia, no desenvolvimento de soluções, e na disseminação e apropriação dos resultados pelos atores locais. Ex. Rede de Desenvolvimento Local, Animação e Cooperação Territorial.
Apoiar o empreendedorismo e a inovação social	Fomento do empreendedorismo jovem e para desempregados, que estimulem a criação de emprego. Desenvolvimento de medidas promotoras da inovação social que criem soluções para os desafios das comunidades rurais.
Qualificar e capacitar os atores locais	Qualificação da população ativa, intensificando a formação contínua orientada para o desenvolvimento das competências digitais. Ações de capacitação que estimulem a criação de novos produtos e serviços noutros domínios, por exemplo, economia verde, indústrias criativas e culturais, entre outros.
Promover a conservação e valorização do património natural e cultural	Ações de recuperação e valorização do património natural, material e imaterial, e de promoção da identidade cultural comunidades rurais.

Fonte: ADREPES, 2023

9. O Plano de Ação deverá ser estruturado tendo em conta as intervenções que o GAL considere serem passíveis de implementação através de medidas existentes no regulamento FEADER, tendo em conta os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC

As intervenções propostas articulam-se com as necessidades principais e complementares definidas no objetivo 8 do PEPAC. Por sua vez, foram identificados 7 indicadores de resultados que proporcionam a respetiva alocação de verbas do FEADER para a EDL, sendo expetável a seguinte distribuição:

50% para o ET – Fomentar a economia circular e sustentável.

45% para o ET – Promover a inovação e competitividade dos recursos locais

5% para o ET – Reforçar o capital social, cultural e ambiental do território

Esta distribuição resulta não só do histórico de intervenções da ADREPES e as perspetivas dos parceiros e participantes das sessões de construção da EDL, como também, das estratégias regionais e locais da zona de intervenção.

Importa referir que as necessidades principais e complementares disponíveis no formulário de candidatura não abrangem todas as mencionadas no Objetivo 8 do PEPAC, sendo algumas delas importantes para a estratégia do GAL ADREPES RURAL, nomeadamente:

Necessidades Principais

- ✓ AOE8N1 – Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes, incentivando à criação de emprego;
- ✓ AOE8N2 – Valorizar a cultura, o património e os recursos endógenos regionais e promover abordagens de desenvolvimento local integrado;
- ✓ MOE8N3 – Fomento dos mecanismos de acesso a financiamento para apoio às empresas e ao investimento.

Necessidades Complementares

- ✓ MOE7N6 – Criação de maior dinâmica empresarial em meio rural, nomeadamente nos sectores com maior potencial de procura (turismo e serviços);
- ✓ MOTN6 – Maior digitalização das zonas rurais.

Principais Referências Bibliográficas:

Carvalho C. e Almeida T. (2020). *Estratégia Regional de Lisboa*. AML e CCDR LVT. Lisboa;

Almeida T. (2021). *RIS3 Lisboa 2021-2027*. CCDR LVT. Lisboa;

[Home - Eurostat \(europa.eu\);](https://eurostat.ec.europa.eu/)

[PEPAC | Plano Estratégico da PAC 2023-2027 | PEPAC | POLÍTICA AGRÍCOLA \(gpp.pt\);](#)

[PORTDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores.](#)